



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

Número do Processo: 10/22.

Interessado: Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Origem: Assessoria Jurídica das Comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA. ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI Nº 3.965, DE 04 DE JUNHO DE 2018, QUE INSTITUIU O "BOLSA-ATLETA", NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS. OBEDIÊNCIA AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA. OBEDIÊNCIA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. CONSTITUCIONALIDADE.

## 1 – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de autoria do Prefeito que "ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI Nº 3.965, DE 04 DE JUNHO DE 2018, QUE INSTITUIU O 'BOLSA-ATLETA', NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS".

Após a propositura ser recebida pelo protocolo da Diretoria Legislativa desta Casa de Leis, foi encaminhada ao Plenário para leitura de sua síntese. Em seguida, retornou a este departamento a fim de que seja elaborado o parecer técnico-jurídico, cuja análise será feita pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

## 2 – FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1 – DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DO PROJETO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 217, *caput*, dispõe que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um. Isto mostra a importância que o nosso ordenamento confere ao esporte, o que não poderia ser diferente, afinal com auxílio dele os indivíduos passam a ter uma vida mais saudável e se desenvolvem plenamente.

Tendo em vista que a propositura visa a dar concretude a este mandamento constitucional, além de não haver qualquer afronta a preceito ou



princípio da Carta Magna em seu texto, não há que se falar em inconstitucionalidade material. Destarte, não há prejuízo à continuidade da análise que se faz.

## **2.2 – DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA LEGISLAR ACERCA DO ASSUNTO**

Segundo Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo, “a repartição constitucional de competências é a técnica utilizada para distribuir entre as pessoas políticas de um Estado do tipo federativo as diferentes atividades de que ele é incumbido”<sup>1</sup>. Esta foi a maneira encontrada a fim de que houvesse um certo grau de equilíbrio entre as diferentes entidades que compõem a República brasileira.

Em relação ao desporto, matéria da propositura aqui discutida, o artigo 24, inciso IX, do texto constitucional, estipula que compete à União, Estados e Distrito Federal legislar concorrentemente sobre ele.

Porém esta competência também é atribuída aos Municípios, afinal eles podem legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber (conforme artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal). Ora, é justamente isto o que a propositura faz ao instituir um programa de fomento ao esporte no âmbito da cidade de Anápolis.

Sendo assim, é permitido que a propositura verse sobre a matéria, pois inexistente a chamada inconstitucionalidade formal orgânica, aquela que incide quando um ente federativo não observa a competência de outro ente para criar normas acerca de um assunto.

## **2.3 – DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO EXECUTIVO PARA INICIAR O PROCESSO LEGISLATIVO VERSANDO SOBRE O ASSUNTO**

O processo legislativo, segundo Pedro Lenza, “consiste nas regras procedimentais, constitucionalmente previstas, para a elaboração das espécies normativas, regras estas a serem criteriosamente observadas pelos ‘atores’

<sup>1</sup> Direito Administrativo Descomplicado, 29ª edição, 2021, página 815



envolvidos no processo”<sup>2</sup>. O doutrinador o divide em 3 fases, quais sejam: iniciativa, constitutiva e complementar.

O que nos importa nesta análise é a primeira delas. Existe, em nosso ordenamento jurídico, algumas hipóteses de deflagração, como a geral, em que a nossa Lei Maior atribui competência a uma gama de pessoas e órgãos (artigo 61, *caput*); e a privativa, que é aquela em que somente determinada autoridade, de forma exclusiva, pode iniciar o processo legislativo.

Deste modo, a Constituição do Estado de Goiás determina, em seu artigo 77, inciso V, que é de competência privativa do Prefeito dispor sobre a estruturação, atribuição e funcionamento dos órgãos da administração municipal.

Por sua vez, a Lei Orgânica do Município de Anápolis estipula que compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre organização administrativa, serviços e pessoal da administração e a estruturação e atribuições dos seus órgãos e entidades (artigo 54, incisos IV e V).

No que tange à jurisprudência pátria, o Supremo Tribunal Federal possui posição consolidada no mesmo sentido destes dispositivos, conforme mostra a ementa da decisão, bastante elucidativa diga-se de passagem, abaixo exposta:

**É indispensável a iniciativa do Chefe do Poder Executivo (mediante projeto de lei ou mesmo, após a EC 32/01, por meio de decreto) na elaboração de normas que de alguma forma remodelam as atribuições de órgão pertencente à estrutura administrativa de determinada unidade da Federação (STF, ADI nº 3.254-ES, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ellen Gracie, 16-11-2005, v.u., DJ 02-12-2005, p. 02) (grifou-se)**

Como o Projeto de Lei foi apresentado justamente pelo Prefeito, tais mandamentos foram observados e, sendo assim, não há que se falar em vício de inconstitucionalidade formal subjetivo em sua redação.

## 2.4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

<sup>2</sup> Direito Constitucional Esquematizado, 25ª edição, 2021, página 909





Com base no princípio do paralelismo das formas, a forma escolhida, qual seja, proposição de Lei Ordinária, é correta, pois o que se pretende é alterar outra Lei Ordinária.

Além disso, não há necessidade de mudança na Lei Orgânica do Município de Anápolis (artigo 48 deste Diploma Legal) e o assunto não se apresenta entre aqueles que devem ser regulados por Lei Complementar (artigo 49), por Decreto Legislativo (artigo 62) ou por Resolução (artigo 64).

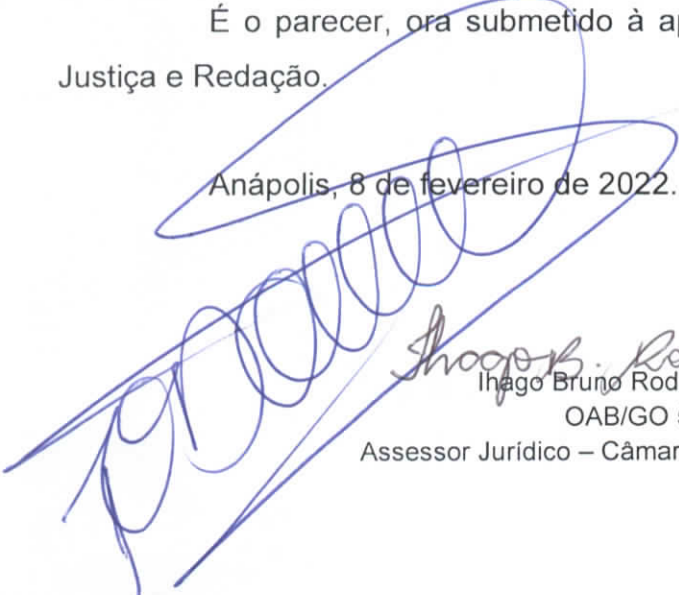
Por fim, o Regimento Interno desta Casa explica que Projeto de Lei é a propositura que tem o objetivo de regular todo e qualquer tema de competência do Município, apresentado em 2 (dois) turnos de votação e sujeito à sanção do Prefeito (artigo 98).

### 3 – CONCLUSÃO

Ante o exposto, tendo em vista que foram observados os preceitos da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Goiás, da Lei Orgânica do Município de Anápolis e do Regimento Interno desta Câmara dos Vereadores, além da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, opina-se **FAVORAVELMENTE** à regular tramitação da proposição de Lei Ordinária aqui discutida.

É o parecer, ora submetido à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Anápolis, 8 de fevereiro de 2022.

  
Thiago Bruno Rodrigues Gabriel  
OAB/GO 51.923  
Assessor Jurídico – Câmara Municipal de Anápolis



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE ANÁPOLIS**

Número do Processo: 10/22.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA. ALTERA  
DISPOSITIVOS NA LEI Nº 3.965, DE 04 DE JUNHO DE  
2018, QUE INSTITUIU O "BOLSA-ATLETA", NO  
MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS. VOTO FAVORÁVEL.

### **PARECER**

Tendo em vista que na propositura foram observados os preceitos da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Goiás, da Lei Orgânica do Município de Anápolis e do Regimento Interno desta Câmara dos Vereadores, além da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sigo o parecer apresentado pela Assessoria Jurídica das Comissões e voto **FAVORAVELMENTE** à sua regular tramitação.

É o parecer, ora submetido à análise dos demais integrantes desta Comissão.

Vereador(a) Relator(a)